



Manasseja Lituiaia – Uma Mulher Corajosa

Rafael Marques

2005

No final da tarde de 1 de Julho, recebi um SOS da localidade de Cafunfo, município do Cuango, via telefone satélite. Um activista ligou-me a dar conta de um tiroteio da polícia local e o saldo de dois mortos civis.

Na madrugada de 2 de Julho, por volta da 1H00, o activista ligou outra vez, aflito. Um membro da sua família tinha sido atingido no raide policial.

Durante o dia, voltou a telefonar para solicitar assistência imediata na evacuação de Manasseja Lituiaia, 34 anos, para Luanda, a fim de receber tratamento médico e denunciar a morte do seu filho, de dois anos. A mãe tinha a criança amarrada às costas, quando uma bala perfurou a cabeça desta e a atingiu no dorso.

Em tais circunstâncias, por uma questão de sensibilidade, apenas podia dizer “vamos ver o que podemos fazer”. A 6 de Julho, enquanto preparava a mesa para o *matabicho*, Manasseja Lituiaia batia à porta de casa, com gestos lentos, magra e curva com um pano a cobrir-lhe a cabeça. Tinha a cara inflamada e um olhar perfurante. Trazia numa pequena trouxa, amarrada à cintura, os seus objectos de viagem.

“Antes de me levar ao hospital, aconteça o que acontecer”, referiu, “eu quero falar à rádio, primeiro, para as pessoas saberem como o Vadinho disparou contra mim, eu que estava de costas, e matou o meu Amorzinho”.

Perpassou-me uma estranha sensação de perplexidade ao convidar uma pessoa naquele estado, que não tinha recebido a devida assistência médica, desde o tiroteio, para tomar o pequeno-almoço. Ademais, ela não tinha passagem de regresso. Era preciso ganhar tempo para divisar a melhor forma de a ajudar.

Entretanto, Manasseja Lituiaia narrou os acontecimentos. Segundo ela, vários agentes da Polícia Nacional, que se faziam transportar em três Land-Rovers, dirigiram-se à zona de garimpo do Lucola, Cafunfo, cercaram a área, e atarefaram-se a confiscar material de garimpo, diamantes, dinheiro, etc.

Na zona, havia um mercado informal onde Manasseja Lituiaia vendia peixe e carne. Um agente da Polícia Nacional, por ela identificado como sendo o investigador Vadinho do Comando de Cafunfo, desceu do carro com a pistola na mão e dirigiu-se às vendedeiras em tom ameaçador.

“Eu disse ao polícia que nós estávamos ali a lutar pela sobrevivência. Se a intenção era acabar com o mercado, deviam apenas dizer-nos para nos retirarmos do local e nos iríamos embora. Não era preciso ameaçar-nos porque não tínhamos feito nada de errado”, disse a vendedeira. Mais explicou que, em resposta, “o Vadinho disse ‘eu vou vos matar’”!

“Tirei o meu filho Amorzinho, que estava debaixo da minha bancada de frescos, pu-lo às costas e dei três passos. Logo senti um tiro e o meu braço frio”, descreveu a vendedeira. “Ao olhar para trás, vi o sangue a escorrer da cabeça do meu filho. Estava morto”.

Os garimpeiros, Manasseja Lituiaia continuou a explicar, reagiram de imediato atirando pedras e garrafas contra os agentes. “Assim, a ‘guerra’ começou. A polícia abriu fogo contra as pessoas e vi duas a caírem mortas. A polícia retirou-se a seguir”, descreveu.

Num acto de solidariedade, os garimpeiros reagruparam e providenciaram de imediato, um enterro improvisado no local para os dois mortos. Segundo a testemunha, as vítimas não eram da área e ninguém presente conhecia os seus familiares.

A procissão do corpo

Ao anoitecer, um automobilista, que circulava pela área, transportou a jovem bem como o corpo do seu filho até às proximidades do Comando de Cafunfo. “Levei o corpo do meu filho à esquadra e disse-lhes que eles eram os responsáveis pela morte dele e que eu não levaria o meu filho morto para casa”, lamentou.

Por sua vez, em resposta, os agentes da Polícia Nacional conduziram-na ao hospital local para pernoitar, o que o fez junto ao corpo da criança. De acordo com as suas declarações, o pessoal médico recusou tratá-la bem como descartou a possibilidade de cuidar do corpo da criança. Recebeu ordens para abandonar o hospital logo pela manhã.

Tão logo teve “alta”, caminhou para a esquadra, com o corpo do filho. Face à resistência dos agentes em atenderem aos seus clamores, ela contou ter colocado o corpo na varanda da esquadra e ter decidido abandonar a unidade. Um oficial, que ela identificou como sendo o Comandante Caetano, ordenou aos agentes que dessem banho ao corpo, comprassem roupas e um caixão para a realização do funeral.

Segundo a mãe, o seu filho foi enterrado, pelos agentes, sem a presença de um único membro da sua família, que se recusou a comparecer.

Os familiares exigiam que o enterro tivesse lugar no cemitério do Bairro Bala-Bala, onde vivem, e contra a opção do comandante que preferiu o cemitério do Bairro Gika. “O comandante disse que eles não podiam realizar o enterro no Bala-Bala porque esse é um lugar que está ‘cheio de bandidos’”, contou a mãe. Esta explicou que o Bala-Bala é predominantemente Tchokwé, ao passo que o Gika é diferente.

O comando entregou, à família, um total de 500 dólares para as despesas do óbito (alimentos e bebidas).

No Comando-Geral

Por volta das 10H30, telefonei ao superintendente Carmo Neto, porta-voz do Comando-Geral da Polícia Nacional, e informei-o sobre o caso. Marcou um encontro para as 12H30, no Comando-Geral.

Expliquei à vítima que não havia outra alternativa para o seu caso e que, por certo, a Polícia Nacional encontraria uma solução. Ela enfatizou a responsabilidade da PN na morte do seu filho e que preferia ir à rádio falar sobre o Amorzinho e que não se importava consigo própria.

À chegada, o superintendente Carmo Neto recebeu um relatório escrito do caso, para facilitar os procedimentos. Nas duas horas que se seguiram, Manasseja Lituaiia figurou no topo da agenda policial. Havia uma reunião de altos oficiais e estes ficaram a saber do seu caso. Alguns, viram-na sentada, acabrunhada junto ao elevador que utilizam.

Finalmente, o Comissário Octávio deu, pessoalmente, garantias de que a senhora ficaria sob os melhores cuidados e o seu caso mereceria o devido tratamento. Imediatamente, o intendente Bringongo dactilografou a queixa de Manasseja Lituaiia, à qual anexou o relatório e uma bala que ela trazia embrulhada num pano.

Quando ela chegou ao Hospital Militar, acompanhada pelo eficiente oficial Bringongo, o pessoal médico já se encontrava preparado para recebê-la. Um raio-x demonstrou que a bala não se alojara no seu corpo. O médico referiu que, talvez, a mesma tivesse perdido força ao perfurar a cabeça da criança, tendo atingido a mãe e caído.

Um outro alto oficial da Polícia Nacional, responsável pelos serviços médicos da corporação, Dr. Dias, deslocou-se ao Hospital Militar para pessoalmente acompanhar também o caso. Deu conta que a paciente não havia apanhado uma vacina contra o tétano e providenciou o devido tratamento, de modo a prevenir infecções. Ele tratou da acomodação de Manasseja Lituaiia, na casa de passagem da instituição e, mais uma vez, assegurou-lhe que o topo da Polícia Nacional estava a seguir o seu caso.

A desafortunada mãe regressou a casa, escoltada por uma delegação policial, que também tinha a tarefa de acompanhar a instauração do inquérito sobre o sucedido. Manasseja Lituiaia aguarda, agora, por justiça.

Não há desfecho que a possa compensar pela perda do seu Amorzinho, mas o seu caso pode ser uma boa oportunidade para que a Polícia Nacional seja fiel ao princípio de servir e proteger os cidadãos.

Segurança privada

Sorte diferente tem o garimpeiro João Baptista, 30 anos, queimado na zona de Cajivunda, município de Xá-Muteba, Lunda-Norte. A 23 de Junho de 2005, guardas privados, afectos a uma companhia diamantífera, segundo testemunhos do próprio, ataram-lhe as mãos, atiraram-no ao capim ao qual atearam fogo. Apenas pude aceder às fotografias do seu corpo queimado. Algumas testemunhas e a própria vítima identificaram os guardas como sendo pertencentes à empresa de segurança privada Alfa-5. Em vão se tentou o contacto com a direcção dessa empresa por, segundo a secretária, se encontrar ausente do país.

O indivíduo sobrevive e poderá, um dia, pessoalmente, narrar os acontecimentos que o deixaram incapacitado.

Como esses, há muitos mais casos, de seres humanos com rostos e nomes que despertam sentimentos, que são mortos, torturados, ou feridos e despojados dos seus haveres na região diamantífera das Lundas.

O garimpo é ilegal e não pode ser defendido. Todavia, o seu combate não deve dar lugar ao esquecimento de que as autoridades estão a lidar com seres humanos, cuja vida e dignidade têm de ser preservadas.

O caso de Manasseja Lituiaia é apenas mais um depoimento. Diferente porque despertou a compaixão e tem motivado o acompanhamento directo do alto comando da Polícia Nacional.

É essa compaixão que, pela primeira vez, colocou do mesmo lado representantes da Lei e da Ordem e um “anti-patriota”. Causou agradecimentos mútuos e compreensão. – Afinal, é ao povo a quem todos devemos servir, esse é o nosso dever – como reafirmou o superintendente Carmo Neto.

In A Capital, nº163, de 23 a 30 de Julho de 2005, pág.10